

Veremos agora a estrutura da peça prática em que se requer a Tutela de Urgência Antecipada em caráter Incidental, tomando como exemplo uma ação anulatória de auto de infração de trânsito.

Fundamento nos arts. 294 a 302 do CPC/2015.

- **Endereçamento:** Exmo. Sr. Dr. Juiz da __ Vara da Comarca Cível de __
- **Qualificação do autor:** nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor.

Atenção: CPF/CNPJ, RG e endereço eletrônico são inovações do CPC/2015.

- **Nome da ação:** Ação anulatória de auto de infração de trânsito.

Atenção: alguns autores defendem que ações não têm nome.

- **Identificação do réu:** nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do réu.
- **Fatos:** descrição dos fatos (datas e ocorrências) e demonstração do vício do auto de infração.
- **Do Direito:** motivos do ordenamento jurídico que justificam anulação.
 1. Incluir subtópico de "**Antecipação dos Efeitos da Tutela**". Não precisa ficar no começo na petição como preliminar. É necessário:
 1. Fazer referência ao processo administrativo, anexar cópia de auto e fornecer detalhes. Explicar direito afetado e pretendido.
 2. Motivar urgência (direito de dirigir suspenso) e requerer tutela antecipada, com relação com tutela final.
 3. Demonstrar probabilidade do direito, perigo na demora.
 4. Demonstrar ausência de perigo de irreversibilidade (basta continuar procedimento administrativo).
- **Do Pedido:** primeiro tópico deve ser tutela, de modo liminar (*interdita altera pars*).
- **Valor da causa**
- **Pedir deferimento**
- **Nome do advogado e nº da OAB**

Veremos agora a estrutura da peça prática em que se requer a Tutela de Urgência Antecipada em caráter Incidental, tomando como exemplo uma ação declaratória de inexistência de débito cumulada com pedido de repetição de indébito, indenização de danos morais e tutela antecipada incidental (não é necessário discriminar a tutela no nome da ação – no processo eletrônico há campo no site para indicar).

Fundamento nos artigos 294 a 302 do CPC/2015.

1. **Endereçamento:** Exmo. Sr. Dr. Juiz da ___ Vara da Comarca Cível de ___
2. **Qualificação:** nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor.
3. **Nome da ação:** ação declaratória de inexistência de débito cumulada com pedido de repetição de indébito, indenização de danos morais e tutela antecipada incidental
4. **Identificação do réu:** nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do réu.
5. **Fatos:** descrição dos fatos, como a ausência de contratação, de que decorreu a inexistência de qualquer dívida e motivo para negativação.
6. **Do Direito:**
 1. **Falha na prestação do serviço** (constatação de contratação inexistente)
 2. **Declaração de inexistência de débito**
 3. **Cancelamento da negativação** (direito de cancelamento, por ausência de fato gerador)
 4. **Indenização por danos morais** (defesa do cabimento dos danos morais pela negativação indevida)
 5. **Antecipação dos efeitos da tutela:** a dica é colocar como último tópico, pois todo resto já foi demonstrado. É necessário colocar todos os requisitos:
 1. Demonstrar probabilidade do direito (não contratação),
 2. Demonstrar perigo na demora (justificar porque empresa precisa logo do acesso ao crédito/retirar nome spc)
 3. Demonstrar ausência de perigo de irreversibilidade (basta declarar existência do débito e reinserir nome no SPC, se necessário).

Do Pedido: primeiro tópico deve ser o pedido de concessão da tutela pretendida, de modo liminar (*interdita altera pars*) (já que há urgência).

Valor da causa

Pede deferimento

Nome do advogado e nº da OAB